



**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa
com Ênfase em Produção Textual**

CHRISTIANE COBRA RACHE

**DESVENDANDO A LEITURA
COMO SUPORTE PARA A ESCRITA**

**Brasília
2009**

FACULDADE ALBERT EINSTEIN

CHRISTIANE COBRA RACHE

**DESVENDANDO A LEITURA
COMO SUPORTE PARA A ESCRITA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em cumprimento parcial às exigências do Curso de Pós-graduação, *lato sensu* em Língua Portuguesa da Faculdade Albert Einstein, para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof^ª Helena Roriz Taveira

**Brasília
2009**

" Cultura é o que fica depois de se esquecer tudo o que foi aprendido."

André Maurois

Dedico

Este trabalho à minha família:
Sérgio Murilo, Luísa e Rodrigo.

Agradeço

A Deus,
À minha família,
À minha orientadora,
Professora Helena Roriz,
A todos que, direta ou indiretamente,
Participaram deste trabalho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 O PROBLEMA	10
1.2 JUSTIFICATIVA.....	10
1.3 OBJETIVOS.....	10
1.3.1 GERAL.....	10
1.3.2 ESPECÍFICOS	10
1.4 METODOLOGIA	11
2 DEFINIÇÃO DE LEITURA	12
3 A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO, DE LER E DE ESCREVER	18
4 A LEITURA E O PRAZER DE LER	29
4.1 A Leitura	29
4.2 O prazer de ler	34
5 O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DE LEITORES.....	39
5.1 A formação de indivíduos alfabetizados e letrados	39
5.2 O uso da poesia na formação de leitores	42
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	45

RESUMO

Pesquisa parte do pressuposto que a escola não está conseguindo incentivar no aluno o hábito de ler. Presa a cronogramas e leis, encontra-se incapacitada em mostrar ao educando a importância da leitura para sua vida. Esse, por sua vez, não consegue relacionar os conteúdos ao seu contexto social e acaba por ter a leitura apenas como mais um conteúdo a ser esquecido após a conclusão das aulas. O professor termina por optar em continuar seguindo os velhos padrões de avaliações ao invés de utilizar meios lúdicos que possam despertar o interesse do educando, visto que não é suficientemente capacitado a desenvolver o gosto pela leitura em seus alunos, o que reforça a idéia da leitura apenas como uma obrigação. Assim, o aluno se vê desestimulado a ler, pois não lhe é revelado o quão prazeroso pode, e deve, ser a leitura, levando ao descrédito dessa magnífica fonte de conhecimento.

Palavras-chave: ler; importância da leitura; professor; gosto pela leitura; fonte de conhecimento.

ABSTRACT

Research assumes that the school is failing to encourage the student the habit of reading. Take the schedules and laws, is not able to show the learner the importance of reading to your life. This, in turn, can not relate the contents to their social context and ends up having to read only as a content to be forgotten after the conclusion of classes. The teacher ends up opting to continue following the old patterns of ratings instead of using recreational facilities that could attract the interest of the student, since it is not enough capacity to develop the reading habit in students, which reinforces the idea of reading only as an obligation. Thus, the pupil gets discouraged to read, because it is not revealed how enjoyable can, and should be reading, leading to discredit this wonderful source of knowledge.

Keywords: reading; importance of reading, teacher, reading habits, source of knowledge.

1 INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa é a aquisição da leitura e da escrita. Dessa maneira, este trabalho abordará a leitura, buscando compreender de que forma ele auxilia e serve como base à aquisição da escrita. Assim, busca-se por meio desta pesquisa reconhecer a importância da formação do hábito de leitura como auxiliador do processo de aquisição da escrita.

Esta pesquisa será elaborada a partir de uma pesquisa bibliográfica teórica com vários autores que tratam do tema aqui proposto, a fim de identificar as metodologias de alfabetização utilizadas e de que forma a leitura e a escrita têm sido trabalhadas em sala de aula.

Ao longo dos anos, a educação preocupa-se em contribuir para a formação de um indivíduo crítico, responsável e atuante na sociedade. Isso porque se vive em uma sociedade onde as trocas sociais acontecem rapidamente, seja através da leitura, da escrita, da linguagem oral ou visual.

Diante disso, a escola busca conhecer e desenvolver na criança as competências da leitura e da escrita. Nesse contexto, é importante compreender de que forma o hábito de leitura pode ampliar o vocabulário e familiarizar a criança com as palavras, auxiliando, assim, no desenvolvimento da escrita.

Esta pesquisa será dividida em cinco capítulos. Primeiramente, uma introdução geral sobre o que será abordado. No segundo capítulo, será feita uma breve definição de leitura. Em terceiro, uma explanação sobre a importância da alfabetização, de ler e de escrever. No quarto capítulo, sobre a leitura e o prazer de ler. E em último, o quinto capítulo, sobre o papel do professor na formação de leitores: a formação de indivíduos alfabetizados e letrados, e o uso da poesia na formação de leitores.

1.1 O PROBLEMA

O hábito de leitura desenvolvido nas crianças desde cedo é importante para que estas incorporem ao seu cotidiano e percebam a importância no decorrer de suas vidas. Assim, cabe aos educadores a compreensão e a responsabilidade de conduzir as crianças a esse mundo da leitura.

Além disso, ao ampliar o seu vocabulário falado, a criança desenvolve maior facilidade e familiaridade com a linguagem escrita. Assim, considera-se que a leitura serve de suporte à escrita.

Nesse sentido, a pergunta problema a ser respondida é:

- De que forma a leitura auxilia e serve como base para a escrita?

1.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho nasceu de uma inquietação pessoal, ao observar que várias crianças e adultos se mostravam sem motivação para ler e escrever. Decidiu-se, então, partir da indagação de que se a falta de interesse dos alunos pela leitura adviria dos métodos de ensino aplicados pelos professores em sala de aula ou de fatores exteriores à escola, como família e comunidade.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

- Investigar e compreender de que forma a aquisição da leitura auxilia e serve como base à escrita.

1.3.2 Específicos

- Analisar como a leitura tem sido trabalhada em sala de aula;

- Investigar de que forma a leitura tem sido utilizada para auxiliar o processo de aquisição da escrita;
- Identificar os métodos de alfabetização utilizados;
- Analisar o desenvolvimento das atividades que contribuem para a aquisição da leitura e da escrita.

1.4 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de caráter bibliográfico na área de educação e tem como objetivo compreender, por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva, de que forma a leitura auxilia e serve como base à aquisição da escrita.

A opção por esta metodologia deu-se devido ao caráter de “processo”, naturalmente subjacente à ação educativa, o que indica a viabilidade e a necessidade de abordagens que possibilitem compreender o que é dinâmico e não “quantificável”.

Busca-se, por meio desse tipo de abordagem, apreender a dinâmica e a complexidade dos fenômenos estudados em seu contexto natural (LÜDKE E ANDRÉ, 1986). As pesquisas de natureza qualitativa enfatizam a compreensão da singularidade e a contextualidade dos dados analisados e os sujeitos são vistos como parte de um todo, em seu contexto habitual.

2 DEFINIÇÃO DE LEITURA

Definir leitura e escrita não consiste em tarefa fácil, pois estas são áreas complexas e abrangentes. São vários os sentidos que podem ser atribuídos às idéias de leitura e escrita, podendo estes, serem restritos ou amplos. Em termos escolares, tanto a leitura quanto a escrita estão diretamente vinculadas à alfabetização, adquirindo, deste modo, caráter de aprendizagem formal.

No sentido restrito, são encontradas definições simplistas tais como: Leitura – ato de percorrer os olhos (visão) sobre algo que está escrito, decifrando e interpretando as palavras e o sentido do texto, ou aquisição da decodificação e interpretação dos símbolos alfabéticos e dos textos. Escrita – ato de representar através de sinais gráficos (letras) palavras e idéias, ou domínio da função simbólica convencional.

Até a Idade Média, a escrita e a leitura eram um bem exclusivo das elites. A ruptura desse domínio deu-se gradativamente na Renascença, com a difusão da impressão tipográfica. Desde então, muito se fez para que mais e mais pessoas compartilhassem do conhecimento escrito, para que pudessem estar habilitadas ao mundo infinito do ler, do compreender, do saber e do ser.

Pesquisadores de renome tais como Emília Ferreiro, Ana Teberoski, Luiz Carlos Cagliari, entre outros, já provaram através de pesquisas e estudos a complexidade que envolve ambos os processos.

[...] eu digo *escrita* entendendo que não falo somente de produção de marcas gráficas por parte das crianças; também falo de interpretação dessas marcas gráficas. [...] algo que também supõe conhecimento acerca deste objeto tão complexo – a língua escrita –, que se apresenta em uma multiplicidade de usos sociais (FERREIRO, 1972, p. 79 *apud* LIMA, 2007).

Para a autora, a escrita é um processo de construção e reconstrução de um saber construído, e neste processo a criança elabora hipóteses sobre a escrita, que vão sendo problematizadas, caminhando assim para a alfabetização formal.

A linguagem tem princípios que a tornam fundamental para todo e qualquer ser. Desde os primórdios, o homem sentiu necessidade de estabelecer relações, de exprimir sentimentos, sensações, e estes atos eram empreendidos por meio da linguagem, como até hoje ocorre. Ela está em toda parte, pronta para envolver pensamentos e ações. É ela que acompanha o ser humano por toda vida. A esse respeito, escreveu o professor de Lingüística norte-americano, Chomsky:

A linguagem humana parece estar biologicamente isolada em suas propriedades essenciais e ser um desenvolvimento na verdade recente sob uma perspectiva evolucionista. Não há hoje nenhuma razão para se desafiar a visão cartesiana de que a habilidade de usar signos lingüísticos para expressar pensamentos formados livremente marque “a verdadeira distinção entre o homem e o animal” ou a máquina, quer se entendam por “máquina” os autômatos que ocuparam a imaginação dos séculos XVII e XVIII ou os que hoje estão fornecendo um estímulo ao pensamento e à imaginação (CHOMSKY, 1998, p. 18).

O fato é que a linguagem distingue os homens e os animais, distingue as nações entre si. E é fato também que não se pode distinguir de onde é um homem antes que ele tenha se expressado. Desta forma, conclui-se que, sem a linguagem, não haveria meios de estabelecer relações, pactos. A história talvez não existisse, assim como não existiria o próprio processo de comunicação. Para o homem, o contato com a linguagem é tão antigo quanto o tempo de uma vida. E, desde cedo, vem sob tantas formas que, freqüentemente, ele acredita tomar contato com as coisas quando, de fato, toma contato com os símbolos.

Na visão de Chomsky (1998) é importante considerar que, desde que o homem foi reconhecido por outro ser igualmente sensível e semelhante a si próprio, foi estabelecido o desejo e a necessidade de comunicar seus pensamentos. A linguagem comunica, e é por isso que tem a sua significação quando há processo de compreensão. Sabe-se que o meio social e cultural são fatores que influenciam na linguagem e, se o homem tem a necessidade de se comunicar, ele é o maior criador de recursos que auxiliam na produção da linguagem, e seu maior recurso para a comunicação é a própria palavra.

É a linguagem um instrumento do pensamento por intermédio do qual o homem exprime conceitos e símbolos, transmite e comunica idéias abstratas e valores. A palavra é, sem dúvida, a representação de um pensamento, de uma idéia ou de valores, e é produzida pelo sujeito pensante que usa sons, letras, gestos e/ou movimentos com essa finalidade. Assinala Chomsky:

Além disso, a faculdade de linguagem entra de modo crucial em cada um dos aspectos da vida, do pensamento e da interação humanos. Ela é, em grande parte, responsável pelo fato de sozinhos no universo biológico, os seres humanos terem uma história, uma diversidade e evolução cultural de alguma complexidade e riqueza (CHOMSKY, 1998, p. 18).

Portanto, valendo-se da linguagem, o homem consegue transmitir a realidade que o cerca. E ele aprendeu, no correr da história, a utilizar as numerosas oportunidades de comunicação que lhe iam sendo oferecidas pela própria linguagem. Destaque-se que, no mundo moderno, essas oportunidades vão se ampliando a cada dia. Conseqüentemente, será possível afirmar que a linguagem não é senão a capacidade que o homem tem de transmitir suas idéias e de se comunicar.

Saussure (2002) aborda essa questão com grande simplicidade quando afirma:

A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ele é uma instituição atual e um produto do passado. Parece fácil, à primeira vista, distinguir entre esses sistemas e sua história, entre aquilo que é e o que foi; na realidade, a relação que une ambas as coisas é tão íntima que se faz difícil separá-las (SAUSSURE, 2002, p. 16).

O processo de leitura geralmente é reduzido a simples decodificação de signos e decifração da escrita. Porém, seu verdadeiro significado abrange uma gama mais ampla de concepções. O processo de aprendizagem da leitura relaciona-se ao processo de formação global do indivíduo inserido em um contexto sócio-histórico e cultural diferenciado (MARTINS, 1982).

O processo de aprendizagem da leitura deve possibilitar a interação plena do indivíduo com a sociedade, o que vai muito além do desenvolvimento das capacidades intelectuais. Desse modo, a leitura deve ultrapassar os limites do texto escrito e o leitor deve ser capaz de ler a vida, como forma de compreender a realidade.

Muitos educadores compreendem e praticam o ensino da leitura de uma maneira mecanizada, resumindo o processo de aprendizagem à memorização de signos lingüísticos. Esses educadores não se preocupam em transmitir o processo de aprendizado da leitura de maneira contextualizada, proporcionando, assim, ao educando compreender o porquê e a importância de se aprender a ler, assim como a função social que a apropriação dessa aprendizagem representa (MARTINS, 1982).

Para Paulo Freire, uma leitura contextualizada envolve:

Uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1988, 11).

Ou seja, para Paulo Freire uma leitura eficaz somente se dá por meio da interação entre o texto e o contexto, partindo-se de uma leitura do mundo para, posteriormente, a leitura da palavra.

A leitura do contexto também engloba a ligação das letras em uma palavra e das palavras em uma frase, de modo a formar um todo com significação completa. A esse respeito, Colomer e Camps afirmam:

O significado de um texto não reside na soma de significados das palavras que o compõem. Nem coincide somente com o que se costuma chamar de significado literal do texto, já que os significados se constroem uns em relação aos outros: a aceitação do significado de cada palavra depende da frase em que aparece, a estrutura da frase também comporta significado, um parágrafo pode conter a idéia central de um texto ou constituir um simples exemplo segundo sua articulação no discurso, o gesto de um personagem pode ser banal ou muito significativo segundo a narrativa na qual apareça, etc. Além disso, uma mensagem verbal jamais oferece o total da informação, mas o emissor o constrói simplesmente com a informação que julga necessária para que o receptor entenda, supondo que há muitas coisas que não é preciso explicitar. Assim, durante a leitura de uma mensagem escrita, o leitor deve raciocinar e inferir de forma contínua. Isto é, deve captar uma grande quantidade de significados que não aparecem diretamente no texto, mas que são dedutíveis (COLOMER e CAMPS, 2002, p. 31).

A leitura dos significados deve estar presente tanto dentro, nas próprias palavras e frases, como fora do texto, como os valores culturais e históricos, de forma a se alcançar a totalidade da compreensão do texto.

Em muitos casos de pessoas alfabetizadas, a importância da prática da leitura resume-se a uma leitura pragmática em detrimento de uma leitura prazerosa, com fins de lazer, de construção social ou de busca de autonomia. Uma construção social elitizada acredita e prega que as normas e valores sócio-culturais restringem-se aos letrados, únicos detentores do conhecimento (MARTINS, 1982).

Segundo Martins (1982), a precariedade da leitura, no Brasil, não se dá principalmente pela falta do que ler, pelos elevados preços, pela baixa qualidade do material, ou pela inexistência de leitores. Para a autora, a questão é mais ampla e complexa:

Vem da precariedade de condições sócio-econômicas e se espraia na ineficiência da instituição escolar, determinando e limitando opções. Sem dúvida, a concepção que liga o gosto de ler apenas aos livros deve muito à influência, persistente no nosso sistema educacional, de uma formação eminentemente livresca e defasada em relação à realidade, ainda fomentada pela escolástica cristã que orientou os jesuítas, os primeiros educadores no Brasil. Ademais, deve muito a ideologias que buscam na elitização da cultura meios de reafirmar a supremacia social, política, econômica, cultural (MARTINS, 1982, p. 27).

A autora acredita que a precariedade da leitura não se dá apenas devido às condições econômicas do leitor, mas principalmente, às ideologias elitistas, as quais pregam que somente uma pequena parcela da população pode ter acesso ao conhecimento.

Para que a leitura torne-se realmente efetiva, segundo Martins (1982), deve-se partir de uma necessidade e de um desejo de se continuar a ler. Assim, ressalta-se a importância do prazer do leitor no momento da leitura. Cabe ao leitor propiciar um ambiente agradável para que possa se aprofundar na leitura sem interrupções e incômodos.

As particularidades de cada leitor e a sua relação com o ambiente externo influenciam a prática agradável da leitura. Quanto a essa questão, Martins afirma:

Cada leitor tem que descobrir, criar uma técnica própria para aprimorar seu desempenho. Auxiliam-no, entre os fatores imediatos e externos, desde o ambiente e o tempo disponível até o material de apoio: lápis, papel em branco, bombons, almofadas, escrivaninha ou poltrona, alto-falantes, fones – aí entra toda a parafernália de objetos que se fazem necessários ou que fazem parte do mise-en-scène de cada leitor (MARTINS, 1982, p. 84).

A busca por uma leitura mais gratificante deve partir, então, de uma determinação intrínseca, de busca do prazer do sujeito, assim como de um ambiente externo favorável ao aproveitamento dessa leitura, ou seja, “cada um precisa buscar o seu jeito de ler e aprimorá-lo para a leitura se tornar cada vez mais gratificante” (MARTINS, 1982, p. 85).

A leitura é, portanto, um ato de compreensão da totalidade de um texto, tanto em seus aspectos sintáticos, morfológicos e semânticos, como na impregnação da cultura social contida nele. Tal leitura de mundo, segundo Colomer e Camps (2002), exige do leitor conhecimentos prévios sobre o assunto abordado, de maneira que possa relacionar suas próprias experiências e conceitos com o que está se deparando no texto.

Para Colomer e Camps (2002), o leitor deve se basear em seus conhecimentos para atribuir significação ao texto, o que lhe permite incorporar novos conhecimentos em seus esquemas mentais:

Em suma, ler, mais do que um simples ato mecânico de decifração de signos gráficos é antes de tudo um ato de raciocínio, já que se trata de saber orientar uma série de raciocínios no sentido da construção de uma interpretação da mensagem escrita a partir da informação proporcionada pelo texto e pelos conhecimentos do leitor e, ao mesmo tempo, iniciar outra série de raciocínios para controlar o progresso dessa interpretação de tal forma que se possam detectar as possíveis incompreensões produzidas durante a leitura (COLOMER e CAMPS, 2002, p. 25).

Portanto, é importante que o leitor aprenda a raciocinar para entender o que está lendo. Não basta apenas a decifração de códigos, é preciso uma compreensão do texto em seu contexto tanto geral, como específico.

3 A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO, DE LER E DE ESCREVER

A linguagem começa com um sopro. O ar que vem dos pulmões é modelado por inúmeras possibilidades de abertura da boca e movimento dos lábios e da língua, a qual é viva, acompanha um povo ao longo dos tempos, expressando uma maneira de organizar o mundo em nome e estruturas lingüísticas, mudando e reinventando-se com as pessoas.

As mudanças também ocorrem na escrita, seja aquela feita com a ponta do lápis, na máquina de escrever ou no computador. Das poesias aos documentos, nada permanece igual por muito tempo. Existem as alterações que vêm naturalmente e ainda as que são determinadas pela lei, como é o caso do Acordo de Unificação Ortográfica, elaborado em 1990 é recentemente ratificado pelo Brasil, que pretende aproximar as maneiras de escrever de todos os países que têm o Português como língua oficial.

A maneira de falar se renova mais rápido do que o modo como se escreve, já que este requer a padronização para ser compreendido por mais gente durante mais tempo.

Calcula-se que existam mais de 300 mil palavras na Língua Portuguesa, mas o Aurélio traz 160 mil verbetes, e o Houaiss, 228 mil. No dia-a-dia, porém, utiliza-se de 1,5 a 3 mil deles. A expectativa é que um aluno de 1ª a 4ª série conheça pelo menos mil.

Cada grupo social é capaz de modificar o falar, o escrever e o ler, devido as diferenças culturais, socioeconômicas e fonéticas, mas em geral, a população mais jovem é disparadora das mudanças. A gramática tradicional é apenas o ordenamento da escrita.

A escrita é um processo de construção e reconstrução de um saber construído, e neste processo a criança elabora hipóteses sobre a escrita, que vão sendo problematizadas, caminhando assim para a alfabetização formal. Toda escrita tem como objetivo permitir a leitura e não transcrever a fala.

Uma grande dificuldade encontrada na aprendizagem da escrita e da leitura é a grande diversidade do Português falado no Brasil. A escola impõe sua norma lingüística como se fosse comum a língua em todo território brasileiro e aplica a gramática tradicional, ensino

tradicional, livros didáticos desrespeitando as diferenças regionais, socioeconômicas, grau de escolarização e outros pontos singulares de cada indivíduo.

A gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua literária como a única forma legítima de falar e escrever, como a única manifestação lingüística que merece ser estudada.

A leitura se dá primeiramente a partir do processo de decodificação, quando temos contato com o conteúdo e buscamos compreendê-lo e interpretá-lo.

Existem elementos que nos ajudam a interpretar os textos que estão a nossa volta, mas para que possa compreender bem um texto é necessário identificar o contexto social, cultural, estético, político no qual está inserido. Essa identificação vai depender do conhecimento sobre o que está sendo abordado e as conclusões referentes ao texto.

A concepção vê a linguagem apenas como forma de pensamento, isto é, para tal concepção quem não se expressa adequadamente, não pensa. Reforçam esta concepção os estudos tradicionais da Gramática Normativa a qual privilegia o falar das camadas socioeconomicamente mais favorecidas. Para quem enxerga a linguagem deste modo, acredita que há normas a serem seguidas e tudo aquilo que delas se desvincula é considerado erro.

O sujeito ao seguir a Gramática Normativa reduz seu pensamento e deixa de dar sua contribuição à linguagem tais como a ironia, humor, ambigüidade, etc.

A leitura que busca a informação pode ser rápida, frenética; a do entretenimento pode ser dinâmica, veloz, mas a leitura que propicia o conhecimento requer atenção, concentração. A pressa constante acaba por impor uma superficialidade que favorece o surgimento das situações de iletrismo.

Atualmente vivemos em um mundo cheios de mudanças que ocorrem diariamente e a proporção que o ser humano se deixa levar pelo estresse cotidiano, está alimentando formas caóticas de compreensão do mundo, seja pela leitura, seja pela análise. Formas que lesam, em diferentes graus, sua atuação como indivíduo.

A escola na sua trajetória histórica, falseia as condições de escrita e não fornece aos estudante as ferramentas de uma prática interativa da língua. Com esse falseamento, a escrita torna-se um exercício penoso que cristaliza o discurso. Exemplo disso são as frases feitas, argumentos de senso comum que, freqüentemente, aparecem em textos dos educandos. Por outro lado, ao instituir uma prática intersubjetiva, através de uma prática pedagógica que leve em conta a reflexão, será possível resgatar o discurso mais pessoal, mais autêntico de nossos sujeitos.

O analfabetismo possui vários perfis conforme o grau de incapacidade para a leitura e a escrita. O primeiro é o do analfabeto, desprovido dos conhecimentos necessários para ler e escrever. O outro é o chamado analfabeto funcional, despreparado para entender conteúdos que não estejam estritamente relacionados com sua função. Além desses, tem-se observado o surgimento de um tipo, o dos alfabetizados cuja leitura é precária. Não se está falando do iletrado, de cultura literária pobre por falta de leitura, mas daquele que, mesmo sabendo ler plenamente, não consegue compreender o que lê. Essa situação é denominada iletrismo, um dano relacionado à compreensão, em que há a aptidão para a leitura, mas incapacidade para o seu entendimento. Isso acaba repercutindo no domínio da própria língua.

Tal fenômeno, que atinge todas as classes sociais, tem sido observado em diversos países, já sendo estudado na França e na Suíça. A razão encontrada deve-se a fatores distintos: o Número crescente de estrangeiro residentes nesses países; e o emprego, nos últimos anos, de métodos pedagógicos que não se mostraram eficazes. Para o mesmo fenômeno, no Brasil, a causa apontada é o empobrecimento conjunto da população e dos sistemas educacionais. Em pleno século 21, observa-se um retrocesso. Pela falta de uma base educacional mínima e consistente, que deveria ser garantida pelo Estado, há um retorno aos tempos medievais.

No Brasil, a sociedade tem se mobilizado buscando soluções pelo caminho da cidadania, onde os leigos se inserem como voluntários na escola para dar apoio. Os jornais lançam encartes com dicas de português, redigidos de modo a esclarecer as regras gramaticais para um público eclético. As escolas e institutos privados passam a oferecer formações adicionais com o intuito de repor aquilo que as anteriores não proporcionaram. As empresas passaram a desempenhar o papel de educadores, tentando suprir deficiência do banco escolar.

O analfabetismo constitui um problema silencioso e perverso que afeta a população. Não se trata de pessoas que nunca foram à escola. Elas sabem escrever e contar, mas não conseguem compreender a palavra escrita. Bons livros, artigos e crônicas, nem pensar. Computadores provocam calafrios e manuais de procedimentos são ignorados, mesmos aqueles que ensinam uma nova tarefa.

No Brasil, calculam-se os analfabetos, pessoas com menos de quatro anos de escolarização, 70% da população ativa, mas podem-se encontrar, também, pessoas com formação universitária e exercendo funções-chave em empresas e instituições, tanto privadas quanto públicas. Elas não tem a habilidades de leitura compreensiva, escrita e cálculo para fazer frente às necessidades de profissionalização tampouco da vida sócio-cultural, gerando prejuízo para o funcionamento do trabalho e para a sociedade em geral.

O sujeito e suas práticas de leitura e escrita tem o nível de alfabetismo significativo em termo da participação em práticas culturais, acesso à informação e aos postos de trabalho mais qualificados.

Segundo Cagliari [1995, apud LIMA, 2009], a leitura, tanto quanto a escrita, consiste em atividade bastante intrincada, ou seja, “Ler é uma atividade extremamente complexa e envolve problemas não só semânticos, culturais, ideológicos, filosóficos, mas até fonéticos”. Nesse sentido, é de relevância ressaltar que leitura e escrita são atividades fundamentais para o desenvolvimento e formação de qualquer indivíduo, pois dentro e fora da escola e por toda vida, o domínio ou não de ambas facilitará ou não o crescimento intelectual.

Tudo o que se ensina na escola está diretamente ligado à leitura e depende dela para se manter e se desenvolver. A leitura é a realização do objetivo da escrita. Quem escreve, escreve para ser lido. O objetivo da escrita, [...] é a leitura [CAGLIARI, 1995, p. 149, apud LIMA, 2009]. Sendo assim, é notória a importância tanto da escrita quanto da leitura no desenvolvimento intelectual do ser humano.

O estudo deste tema pretende ajudar a analisar a abordagem do ensino da escrita e da leitura nas escolas e na sociedade em geral. Além de servir de base para os profissionais de educação, pais, alunos e pessoas que desejam entender a importância da aquisição da escrita e da leitura.

O assunto abordado aqui tem sido estudado por muitos teóricos que também se incomodam com o desinteresse pela leitura na escola. Tais estudiosos sugerem aos professores maneiras para incentivar os alunos a lerem mais e com qualidade. A pesquisa feita tem por base palavras de Freire (2000)- sobre o incentivo da leitura - de Martins (1994) - que afirma que a leitura nos auxilia na compreensão do mundo e a dar sentido as coisas.

Também nos fundamentos em Geraldi (1999), Zilberman (1993), Alves (2000) e em outros renomados teóricos que têm o mesmo propósito de mostrar que a leitura pode ser levada aos alunos como algo prazeroso e que os prepara para a vida no mundo moderno. Considerando que, além de servir para transmissão de conteúdo programáticos, a leitura deve proporcionar prazer e, para tanto, é necessário partir do interesse, do gosto do aluno e do seu prazer de ler.

A novidade sempre é bem-vinda para a criança. A descoberta do novo sempre é vista com entusiasmo e o mesmo acontece quando as crianças aprendem a ler. Elas gostam, por causa do contato com o novo e pelo próprio estímulo da aprendizagem. Aprender, para elas, normalmente, é empolgante. Quando elas são escolarizadas, no entanto, por causa de tantas cobranças gramaticais e de outros tipos, elas são levadas a ler pouco e a deixar de lado o prazer. Por muitos motivos, como rigorosos prazos para conteúdos e professores despreparados, esse gosto das crianças pelo novo não é muito aproveitado nas escolas como ponto de partida para que elas adquiram o hábito e o prazer de ler. A leitura é sempre uma nova experiência, algo não vivenciado e por isso misterioso e prazeroso e é preciso que as crianças percebam isso para que adquiram o hábito de ler.

Contrariando a proposta feita acima, o interesse dos alunos pela leitura vem sofrendo uma crise considerável. Isso parece ocorrer porque o texto tem servido, na escola, quase sempre como um pretexto para a transmissão de conteúdo (cf. Lajolo, 1993). Percebe-se também que muitos professores estão confusos por não encontrarem maneiras de despertar no aluno o interesse para ler. Frequentemente encontram-se professores que trabalham a leitura em sala de aula de forma mecanizada, o que faz com que seus alunos criem uma resistência quanto ao hábito da leitura.

Qualquer pessoa que entre em uma sala de aula pode perceber, por parte de alguns professores, que falta motivação, criatividade, vontade de buscar outros recursos possíveis para que as aulas de leitura não se tomem apenas rituais mecanizados. Nessa espécie de aula, é comum que os alunos sejam considerados como meros aprendizes de um saber acumulado pela humanidade, que eles devem repetir indeterminadamente vida afora para serem chamados de “socialmente integrados”.

Notório é que, normalmente, cada pessoa tem simpatia por um gênero de leitura, seja ele formal ou informal. E o papel do professor que deseja formar um leitor crítico (função da escola, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais — PCNs) parece ser o de proporcionar aos alunos esse conhecimento, sem que eles deixem de lado sua história pessoal, seu conhecimento de mundo e o lugar de onde eles “falavam” antes da escolarização. Para isso, um dos requisitos parece ser que, independente do gênero que mais agrada ao professor ou que lhe pareça mais adequado ao conteúdo a ser ministrado, ele tenha em conta o gosto do aluno.

Os PCNs de Língua Portuguesa (1997, p. 19) demonstram a preocupação de levar a leitura para a sala de aula, devido ao fracasso que existia nesse aspecto, na década de 60. Segundo esses Parâmetros, foi a partir da década de 80 que surgiu, por parte de alguns professores, o interesse em mudar a forma de compreender o processo de alfabetização e em saber como se ensina e como se aprende a ler de modo a melhorar o processo ensino-aprendizagem. Os Parâmetros Curriculares Nacionais têm ainda, como preocupação, que a escola utilize, e permita que os alunos usem, as diferentes linguagens (verbal, oral, matemática, plástica, corporal etc.) como meio para produzir, expressar e comunicar idéias, atendendo às diferentes situações de comunicação. A preocupação dos PCNs é também com a linguagem utilizada, principalmente a verbal, já que muitos estudiosos ponderam que uma boa leitura se reflete no uso efetivo da linguagem considerada padrão da língua.

É objetivo da escola ensinar língua padrão (cf. Garcez, 2001; Koch, 2002; Possenti, 2000; Geraldi, 1999). Daí vem a necessidade de trabalhar a leitura, fazendo com que o aluno-leitor tome consciência de aquisição e da ampliação de conhecimentos que vem dela, já que ler e escrever bastante é a maneira mais fácil e mais produtiva de aprender a língua padrão.

A leitura também é fundamental para a participação social efetiva do indivíduo, pois é por meio da linguagem que ele se comunica, tem acesso a informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimento. Porém, a sociedade tende a indicar leituras mais voltadas para a informação e para a formação social do leitor do que para a leitura prazerosa. Há, com isso, o risco de volta para aquela leitura que, de uma forma ou de outra, é obrigatória e cobrada por meio de algum tipo de avaliação.

Considera-se que a leitura voltada para a formação social de um leitor crítico é extremamente importante — ela é imprescindível —, mas, para chegar a ela, é preciso, antes criar no aluno o desejo e o hábito de ler. Por tudo isso, pretende-se, neste trabalho, ressaltar possíveis causas da desmotivação dos alunos quanto à leitura, e apontar para alguns caminhos que poderão ajudar a despertar neles o interesse por essa importante atividade, os educandos precisam entender o quanto a leitura é primordial em sua vidas tanto na escola quanto na comunidade em que eles vivem. Partindo da leitura prazerosa, sem cobranças desnecessárias, pode-se levar as crianças e os jovens à consciência da aquisição de conhecimentos que vem da experiência e do hábito de ler. Esse pode ser o caminho mais curto entre o prazer que motiva e a formação de leitores críticos pela escola.

3.1 Ser letrado

Nos dias de hoje, ser alfabetizado, isto é, saber ler e escrever, tem se revelado condição insuficiente para responder adequadamente às demandas da sociedade. Há alguns anos, não muito distantes, bastava que a pessoa soubesse assinar o nome, porque dela, só interessava o voto. Hoje, saber ler e escrever de forma mecânica não garante a uma pessoa interação plena com os diferentes tipos de textos que circulam na sociedade. É preciso ser capaz de não apenas decodificar sons e letras, mas entender os significados e usos das palavras em diferentes contextos.

Afinal, o que falta a uma pessoa que sabe ler e escrever? Por que muitos terminam a Educação Básica e não conseguem entender uma bula de remédio ou redigir uma simples carta? Para Moacir Gadotti *apud* Vargas (2000: 14):

O ato de ler é incompleto sem o ato de escrever. Um não pode existir sem o outro. Ler e escrever não apenas palavras, mas ler e escrever a vida, a história. Numa sociedade de privilegiados, a leitura e a escrita são um privilégio. Ensinar o

trabalhador apenas a escrever o nome ou assiná-lo na carteira profissional, ensiná-lo a ler alguns letreiros na fábrica como *perigo*, *atenção*, *cuidado*, para que ele não provoque algum acidente e ponha em risco o capital do patrão não é suficiente... Não basta ler a realidade. É preciso escrevê-la. [Grifo da autora].

A preocupação com o analfabetismo funcional (terminologia que a Unesco recomendara nos anos 70, e que o Brasil passou a usar somente a partir de 1990, segundo a qual a pessoa apenas sabe ler e escrever, sem saber fazer uso da leitura e da escrita) levou os pesquisadores ao conceito de “letramento” em lugar de “alfabetização”. O conceito de alfabetização tornou-se insatisfatório. Segundo Soares (2000a: 1), “Se uma criança sabe ler, mas não é capaz de ler um livro, uma revista, um jornal, se sabe escrever palavras e frases, mas não é capaz de escrever uma carta, é alfabetizada, mas não é letrada”.

Assim, nas sociedades letradas, ser alfabetizado é insuficiente para vivenciar plenamente a cultura escrita e responder às demandas da sociedade de hoje. Mas, o que é letramento? Letrar é melhor que alfabetizar? O que é uma pessoa letrada? Quais as diferenças entre alfabetizar e letrar? Quando se pode dizer que uma criança ou um adulto estão alfabetizados? Quando se pode dizer que estão letrados? É possível alfabetizar letrando?

Mesmo que não consigamos responder a todas essas questões, somos conscientes de que é preciso um novo olhar, um jeito diferente de caminhar, a fim de conduzirmos o processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita de modo significativo tanto para crianças como para jovens e adultos.

Nesse texto, então, discutir-se-á os conceitos de letramento e alfabetização. Arelada a esses dois conceitos, abordaremos a importância de o professor incentivar a leitura e a escrita de diferentes gêneros textuais, a fim de que forme verdadeiros leitores e escritores.

3.1.1 *Qual a origem da palavra letramento?*

Segundo Soares (2000b: 15), a palavra “letramento” surge no discurso dos especialistas nas áreas de Educação e de Ciências da Linguagem na segunda metade dos anos 80. Uma das primeiras ocorrências está no livro de Mary Kato, de 1986, em que a autora afirma que “... a chamada norma-padrão, ou língua falada culta é consequência do letramento, motivo por que indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita”.

É interessante observar que, mesmo Kato não tendo definido o que é letramento, ser letrado não se trata apenas de saber ler e escrever. A missão do professor é a de orientar o aluno na aquisição da flexibilidade lingüística necessária ao desempenho adequado que lhe será exigido em sociedade. Analisar diferentes textos, compará-los, pesquisar os porquês das diferenças, construir regras sobre o uso da língua e, a partir das descobertas, reescrever textos são práticas que produzem excelentes resultados na capacitação do aluno no uso da língua. Nesse sentido, letrar é mais que alfabetizar.

Em 1988, dois anos depois da publicação de Mary Kato, Leda Verdiani Tfouni (1988) publica um livro intitulado “Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso”, onde no capítulo introdutório distingue alfabetização de letramento.

Desde então, a palavra “letramento” torna-se cada vez mais freqüente no discurso escrito e falado de especialistas, de tal forma que, em 1995, já figura em título de livro organizado por Ângela Kleiman (1995) e em outro livro de Leda Verdiani Tfouni (1995).

Sabe-se que a palavra “letramento” é versão para o português da palavra da língua inglesa “literacy” que pode ser traduzida como a condição ou estado que assume aquele que aprende a ler e escrever. Segundo Soares (2000b: 17), está implícita no conceito de “literacy” a idéia de que a escrita traz conseqüências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, lingüísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la.

Questiona-se, assim: um indivíduo letrado é capaz de envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita. Diante disso, qual a diferença entre letrado e alfabetizado?

3.2 Ser letrado ou alfabetizado

Na afirmativa de Viegas (2007) o sujeito alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever. Já *letrado* é aquele que sabe ler e produzir textos, dos mais variados gêneros e temas. Um escritor competente deve saber selecionar o gênero apropriado a seus objetivos e à circunstância em que realizará seu discurso.

Dessa maneira, para a autora, letrar é mais que alfabetizar. A alfabetização deve se desenvolver em um contexto de letramento como início da aprendizagem da escrita, como desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais. Alfabetizar letrando é, portanto, ensinar a ler e escrever o mundo, ou seja, no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, tendo em vista que a linguagem é um fenômeno social.

O processo de ensino-aprendizagem de leitura e escrita na escola não pode ser configurado como um mundo à parte e não ter a finalidade de preparar o sujeito para a realidade na qual se insere, valendo destacar que letramento não é um método, uma vez que a discussão do letramento surge sempre envolvida no conceito de alfabetização, levando a uma inadequada e imprópria síntese dos dois conceitos, com prevalência do conceito de letramento sobre o de alfabetização.

Desse modo, não se pode separar os dois processos, pois a princípio, o estudo do aluno no universo da escrita se dá ao mesmo tempo por meio desses dois processos: a *alfabetização*, e pelo desenvolvimento de habilidades da leitura e da escrita, o *letramento*. Ele se muito antes da alfabetização, ou seja, quando uma pessoa começa a interagir socialmente com as práticas de letramento no seu mundo social. Como afirma Freire:

[...] A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1989, apud VIEGAS, 2007).

Nesse sentido, se a leitura de mundo precede a leitura da palavra, um indivíduo pode ser letrado, mas não alfabetizado. Por exemplo, um adulto mesmo não sabendo ler e escrever pode pedir a alguém que escreva por ele, dita uma carta, pede a alguém que leia para ele a carta que recebeu, ou uma notícia de jornal, ou uma placa na rua, ou a indicação do roteiro de um ônibus etc. Essa pessoa não sabe escrever e não sabe ler, mas já conhece as funções da escrita e da leitura, lançando mão do alfabetizado. Segundo Soares (2000b: 47), essa pessoa é analfabeta, mas é, de certa forma, letrada, ou tem um certo nível de letramento. O mesmo acontece com crianças ainda não alfabetizadas. Assim, para Soares:

Uma criança que vive num contexto de letramento, que convive com livros, que ouve histórias lidas por adultos, que vê adultos lendo e escrevendo, cultiva e exerce práticas de leitura e de escrita: toma um livro e finge que está lendo [...], toma papel e lápis e “escreve” uma carta, uma história. Ainda não aprendeu a ler e escrever, mas é, de certa forma, *letrada*, tem já um certo nível de letramento (SOARES, 2000, apud VIEGAS, 2007).

É capaz de ler e escrever, porém, não possui habilidades para práticas que envolvem a leitura e a escrita: não lê revistas, jornais, receitas de médico, bulas de remédio etc., ou seja, apresenta grande dificuldade para interpretar textos lidos, como também, pode não ser capaz de escrever uma carta ou bilhete. Desse modo, conclui-se que é possível ter um certo nível de letramento e não ser alfabetizado, um indivíduo pode ser alfabetizado mas não ter um bom nível de letramento.

Ser alfabetizado não é condição essencial para ser letrado. É preciso que o processo de alfabetização seja significativo. Soares (2000, apud VIEGAS, 2007) afirma então, que nesse caso, é possível uma pessoa ser alfabetizada, mas não letrada. Neste ponto, divergimos da autora porque acreditamos que uma pessoa não pode possuir grau zero de letramento, tendo em vista que vive em uma sociedade grafocêntrica. Diante disso, questiona a autora:

qual o papel do professor na formação não só de alfabetizados, como também de letrados? Como alfabetizar letrando? Se a educação é um processo contínuo, que só termina com a morte do indivíduo, como então fazer com que esse indivíduo sempre se interesse pelas práticas de leitura e de escrita? Como ajudá-lo a viver numa sociedade grafocêntrica? (VIEGAS, 2007).

Dessa maneira, vale verificar qual é mesmo o real papel do educador nesse processo de formação dos indivíduos tanto alfabetizados quanto letrados, conforme adiante.

4 A LEITURA E O PRAZER DE LER

As queixas e as constatações de que as crianças e os jovens não têm interesse pela leitura são imensas por parte dos professores. Mas os alunos realmente não gostam de ler? E se o próprio professor não gostar de ler? Como será a formação do aluno? A falta de interesse dos alunos estaria no método de ensino aplicado pelo professor ou no desestímulo proveniente de fatores externos como a família e a própria sociedade?

Segundo Martins (1994, p. 27), essa questão é bem mais complexa, pois, além da falta de exemplares, há a questão sócio-econômica. As condições precárias privam muitas pessoas de adquirirem livros e buscarem conhecer melhor os autores e os temas abordados. A escola também, com seus recursos insuficientes, mal consegue atender a demanda de alunos, tão pouco administrar seu acervo literário.

Devido às questões culturais, os professores e as escolas são levados a adotarem a leitura apenas como complementação de conteúdos. Não estão devidamente qualificados a instigar o prazer de ler em seus alunos, visto que eles próprios pertencem a uma sociedade onde o gosto pela leitura é baseado apenas nos livros e a formação literária é defasada e distante da realidade.

4.1 A leitura

A leitura, de modo geral, pode ser vista como algo agradável se for bem trabalhada em sala de aula. Conforme Alves (2000, p. 49), receber uma educação sensibilizadora proporciona ao aluno uma discriminação de gostos que levam ao melhor aprofundamento do que está sendo lido. Porém, dependendo de sua abordagem, o ato de ler pode ser entendido como uma obrigação.

Ler trechos de livros em sala de aula apenas com o intuito de que os alunos articulem bem as palavras, sem o conhecimento geral do enredo, sem o seu envolvimento com a história ou com o assunto, pode não ser o mais adequado para

a formação de leitores críticos, que obtenham na leitura um momento deliciosamente imaginativo.

Além disso, praticar mecanicamente o ato da leitura não significa querer ou mesmo gostar de ler. Portanto, não adianta variar os estilos de texto se a concepção de leitura do professor permanecer ligada a conceitos ultrapassados em relação ao contexto de sociedade globalizada atual, que muitas vezes afasta o aluno da leitura.

Existe uma abordagem onde a leitura é entendida como sendo apenas a decodificação de um código lingüístico. Essa concepção permanece ligada, por exemplo, a conceitos de língua como representação do mundo e do pensamento ou, simplesmente, como instrumento de comunicação. É ligada também à compreensão do texto elaborada por Koch:

[...] artefato lingüístico formado pela combinação de letras (ou sons), que formam palavras, que rotulam coisa ou estado de coisa do mundo real, que formam sentenças, que têm um sentido literal, que existem textos totalmente explícitos, descontextualizado e autônomos [...] (2002, p. 9).

Desse modo, talvez o mais conveniente seja que a escola mude sua percepção de linguagem. O trabalho com a leitura pode se tornar bem mais produtivo se o professor partir de uma perspectiva que entenda o aluno, desde as séries iniciais, como agente de interação lingüística e como sujeito pensante. Assim, o aluno é motivado a participar do próprio processo de aprendizagem, passando de simples objeto para agente construtor do conhecimento; com capacidade de escolher, por exemplo, o livro que mais lhe interesse e que mais reflete a realidade na qual está inserido, provocando um aumento de interesse pelo que está sendo lido.

Atualmente, a aprendizagem e o desenvolvimento da leitura são encarados por muitos estudiosos como processos de construção cognitiva, onde o aluno tem um papel ativo e central. Por essa razão, a questão da leitura vem despertando maior interesse nos últimos anos. Existem inúmeras abordagens do que seja leitura, que é entendida, muitas vezes, como processo de decifração ou, do ponto de vista mais aceito, entende-se que apenas dominar um código não significa dar sentido ao que se lê. Elas buscam compreender e resolver o grave problema do insucesso

escolar. Esse é um grave problema, visto que, como diz Cagliari (1993. p. 149), ler é uma atividade extremamente complexa que envolve tanto problemas semânticos, culturais, ideológicos e filosóficos como fonéticos.

A leitura é uma atividade fundamental para a formação dos alunos, por isso é de grande importância que a escola ensine o aluno a ter prazer de ler para que, quando precisar fazer uma leitura mais elaborada e ostensiva, já esteja familiarizado e essa possa se tornar agradável e proveitosa. Por isso, há a necessidade de que o professor proponha a seus alunos atividades que visem a criação do hábito da leitura, por meio de suportes diversificados de motivação.

Para os PCNs, a leitura é uma grande aliada na formação de leitores críticos, já para Lajolo (1993, p. 53), a leitura deve apenas ser um jogo de deciframento de códigos do sentido do texto, mas o leitor deve compreendê-lo, atribuindo-lhe significado e relacionando seu conteúdo com outros textos lidos e com fatos vividos pelo aluno ou vinculado à sociedade. Assim, ele poderá perceber qual a pretensão do autor no texto, e, posteriormente, formar sua própria opinião, concordando ou não com o texto e, em caso negativo, elaborar novas propostas.

Baseado nisso, pode-se dizer que obrigar o aluno a ler, apenas para responder a um questionário elaborado pelas editoras, e para qual o professor recebe as respostas prontas, é decretar uma sentença definitiva: a de que o aluno jamais será um bom leitor. De acordo com os PCNs a leitura é:

“um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua. Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decorando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica compreensão, na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita”. (1997, p. 53)

Fazer o aluno decorar escolas literárias e todas as suas características sem nunca ler uma obra sequer de um dos autores que dela fizeram parte é um pequeno “assassinato” que deveria ser severamente punido. Mas nesse caso, o que mais parece é que, para a escola, o que importa é que o aluno saiba responder questões que vão cair no vestibular. Dessa forma, os alunos perdem o interesse pela leitura, visto que, para responder uma prova, basta verificar o resumo na internet ou decorar o nome do mais importante autor e suas obras.

O texto não deve servir como pretexto, como simples intermediário para o ensino da gramática. Muito pelo contrário, parece que a intenção primordial, mesmo para aqueles que entendem como essencial o ensino da gramática é fazer com que os alunos saibam ler e escrever.

Um texto existe efetivamente na medida em que se constitui ponto de encontro entre dois sujeitos: o que escreve e o que lê. Escritor e leitor, reunidos pelo ato solidário da leitura, e igualmente pelo solitário ato da escrita (Lajolo, 1993, p. 52).

Baseado no que foi exposto pode-se definir leitura como um processo sempre interativo de construção de sentidos, em que entram os conhecimentos tanto de quem escreve quanto de quem lê, mediados pelo texto. Isso ocorre seja o texto verbal, não verbal ou nos moldes tradicionais, impressos ou em novos moldes dada a tecnologia atual, ou seja, independentemente da natureza do texto.

Desde a década de 1980, a Língua Portuguesa está no foco central da discussão para a melhoria do ensino no Brasil. No que se refere ao ensino fundamental, a escrita e a leitura têm sido apontadas como principais causas do baixo rendimento escolar (PCNs, 1997, p.19).

Verifica-se, atualmente, que o interesse dos alunos pela leitura vem sofrendo uma crise considerável, justamente porque o texto tem servido, na escola, quase sempre como um pré-texto para a transmissão de conteúdos. Percebe-se que o professor está confuso por não encontrar maneiras de despertar no aluno o interesse pela leitura. Por vezes a leitura mecanizada faz com que os aprendizes criem resistência ao hábito de ler.

Segundo Martins (1994, p. 7), o ato de ler é usualmente relacionado à escrita e o leitor é visto como um decodificador de letra. Pensa-se que quando a criança consegue decifrar os símbolos da escrita já está apta a ler. Porém, não basta apenas decodificar signos, é preciso entender e apreciar a leitura, relacionando-a com o conhecimento de mundo e com o momento sócio-histórico. É preciso se desprender do cotidiano e embarcar em um mundo que mescla fantasia e realidade, para que se consiga assimilar novas culturas.

Percebe-se que, normalmente, cada pessoa tem simpatia com um certo gênero de leitura escolhido, por isso o professor deve levar em consideração o gosto do aluno, começando com referências familiares e continuando na escola, para que esse assimile a importância da leitura para a vida.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais existe a preocupação de levar a leitura para a sala de aula, gerada pelo insucesso que ocorria na década de 1960 da união entre leitura e escola. Foi a partir da década de 1980, que surgiu, por parte de alguns professores, o interesse em mudar a forma de compreender o processo de alfabetização e em saber como se ensina e como se aprende a ler de modo a melhorar o processo ensino-aprendizagem. Os PCNs têm, ainda, como preocupação utilizar as diferentes linguagens – verbal, oral, matemática, plástica, corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar idéias atendendo as diferentes situações de comunicação.

O oferecimento de materiais de leitura empobrecidos para crianças, justamente na fase de iniciação da escrita, é uma das principais causas da formação de maus leitores, pois as pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) mostram maneiras de se trabalhar a leitura e citam algumas técnicas eficientes como: projeto de leitura, leitura colaborativa, leitura diária, leitura feita pelo professor, atividades seqüenciais de leitura e atividade permanentes de leitura. Esclarecendo que não deve haver exigência de leitura de determinados textos ou gêneros textuais escolhidos pela escola ou pelo professor, devendo-se aceitar todas as variedades lingüísticas do português falado, com o objetivo de formar cidadãos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontam.

É preciso organizar o material educativo para que aqueles que não têm contato sistemático com bons materiais de leitura, quando não são proficientes e não têm acesso à prática de leituras eficazes, possam usufruir desse material de forma agradável e duradoura.

O hábito de ler abre novas perspectivas à criança, permitindo que ela se posicione criticamente diante da realidade. Essa prática deve ser eficiente, sobretudo, na escola, pois é ela que estabelece o vínculo entre aluno e leitura. De acordo com Catanni (1993, p. 24), os jovens são os maiores leitores e, quando saem da escola, essa prática vai diminuindo até quase se extinguir. Isso mostra que os métodos de incentivo à leitura praticados pela escola são ineficientes, que ela precisa detectar os motivos que provocam esse desinteresse e buscar novas formas de despertar o prazer da leitura em seus alunos.

A aprendizagem da leitura bem como sua prática em diversos moldes é fundamental para a integração do indivíduo no seu contexto sócio-econômico e histórico-cultural. E tanto a escola quanto a sociedade devem estar engajadas na luta pelo incentivo ao hábito da leitura, o que, certamente, causará uma mudança no pensamento crítico dos cidadãos, formando uma sociedade mais ativa.

4.2 O prazer de ler

A leitura de um livro pode provocar no leitor uma perturbação quando esta leitura é imposta de forma fragmentada, provocando confusão, já que o texto tem seu sentido completo quando é lido na íntegra. Alguns professores e livros didáticos insistem em utilizar fragmentos de texto e exigir interpretações de acordo com a que eles mesmos propõem. A leitura não deve ser imposta, pelo menos não antes de a escola ensiná-la e de se criar nos alunos o hábito de ler.

O brasileiro não lê por que o livro é caro? A resposta para essa pergunta não é um simples “certo ou errado”, um “sim ou não”. O brasileiro não lê porque não foi acostumado a ler. O preço de um CD é equivalente ao de um livro, e, no entanto, vende-se CDs aos milhões enquanto é difícil que uma edição de sucesso de uma obra literária ultrapasse a média de 3.000 (três mil) exemplares.

Não se deve esquecer as bibliotecas, pois nelas um livro não custa nada, basta retirá-los e os sebos, livrarias onde se pode adquirir livros usados por baixos preços.

No que tange ao desenvolvimento social dos alunos quanto ao hábito de ler, pode-se citar o papel da família. O ideal seria que esta assumisse um papel de extrema importância no incentivo à leitura: o de construir em casa, um ambiente que possibilite à criança a compreensão progressiva da necessidade da leitura. Pais que lêem freqüentemente possibilitam aos filhos o acesso a diversos gêneros textuais e aos seus veículos de comunicação.

O fato é que a utilização real e funcional do espaço familiar em que os pais procuram incentivar a imaginação dos filhos, aproveitando o acesso fantástico, lúdico e alucinante dos textos é de grande ajuda na formação de leitores que, além de gostarem de ler, podem vir a se tornar críticos com opiniões formadas e bem definidas, visto que receberam uma grande carga de conhecimento.

São vários os fatores que contribuem para o baixo índice de leitura nas escolas: a falta de livros, bibliotecas desatualizadas, situação socioeconômica dos alunos. Cabe ao professor buscar alternativas que despertem no educando o interesse pela leitura, através do uso de metodologias diversas. Conforme Martins:

a função do educador não seria precisamente a de ensinar a ler, mas a de criar condições para o educando realizar a sua própria aprendizagem, conforme seus próprios interesses, necessidades, fantasias, segundo as dúvidas e exigências que a realidade lhes apresenta. Assim, criar condições de leitura não implica apenas alfabetizar ou propiciar acesso aos livros. Trata-se, antes, de dialogar com o leitor sobre a sua leitura, isto é, sobre o sentido que ele dá [...] às situações reais ou imaginárias. (O que é leitura, p. 34)

A primeira condição absolutamente necessária para se praticar com êxito uma pedagogia da leitura é a adesão sincera e entusiástica, por parte do professor, às leituras propostas aos alunos. Os jovens e as crianças captam facilmente os verdadeiros sentimentos dos professores em relação a um texto. Se o professor não exalar paixão pelos livros não poderá convencer os alunos do prazer que a leitura pode lhes proporcionar. Ou seja, é necessário despertar a curiosidade e o interesse do leitor, a fim de que a leitura se torne agradável e não seja apenas uma obrigação.

O momento da leitura deve ser menos formal do que vem sendo apresentado aos alunos. O papel do educador está agregado às imposições curriculares das escolas, aos métodos, matérias, e prazos pré-estabelecidos. Esses fatores

influenciam diretamente a realização do trabalho pelo professor, pois ele se vê obrigado a cumprir os seus compromissos formais com a instituição, o que dificulta, por exemplo, a concessão de alguns instantes, para a apreciação de uma boa leitura por parte dos alunos.

O professor deve tratar a hora da leitura como uma distração, e não como uma obrigação, para que o caminho que conduz os alunos ao hábito da leitura se torna mais acessível e agradável e para que o livro se torne um objeto que proporcione prazer.

O professor deve partir daquilo que o aluno já tem em mãos, do que ele gosta, mesmo que seja um gibi ou um jornal e assim, pode trabalhar a temática da leitura e discutir sua compreensão crítica. Muitas vezes a própria instituição não remete o aluno à importância real do papel que deve desempenhar a biblioteca da escola, por exemplo. É comum deparar-se com bibliotecas sendo utilizadas de forma inadequada, até mesmo como lugar de castigo. Se não fez a tarefa, o aluno é obrigado a ir à biblioteca, com isso se cria no aluno resistência aos livros, pois a biblioteca vira um lugar de repreensão e não um lugar interessante, agradável e sugestivo, como deveria ser.

É necessário que o educador tenha consciência de que a criança precisa estar sempre em contato com vários gêneros da literatura, para que dessa forma, possa encontrar aquele gênero com o qual ela mais se identifique e assim ser estimulada a ler.

Desde as séries iniciais, as crianças são capazes de desenvolver o hábito da leitura. Para que isso aconteça é necessário que se desenvolva um trabalho motivante e experimental, com materiais diversos, proporcionando à criança não só o contato com várias obras, mas também, com a literatura informatizada. Este contato possibilita que a criança cresça em conhecimento por meio dos diversos gêneros literários, como também desenvolver diversas técnicas auxiliadas pelas ferramentas computacionais.

A tentativa de modernizar a educação é de grande valia, até mesmo no que diz respeito ao interesse que é criado no aluno. Porém, o uso do computador não significa, necessariamente, gostar de ler ou estar em contato com a aprendizagem.

A escola pode incentivar o gosto pela leitura ou pode, ao contrário, causar repúdio por parte do leitor, seja por que a alfabetização da criança ocorreu de forma insatisfatória, seja por que a leitura reflete experiências didáticas traumáticas para o indivíduo, que não se deparou com incentivos agradáveis para a prática da leitura durante sua aprendizagem.

O autoritarismo da escola e dos livros didáticos é um dos motivos que levam os alunos ao desinteresse pela leitura. Para provocar prazer nos leitores e fazê-los críticos, é necessário um comprometimento por parte dos professores e da escola. Ao aceitarem esse desafio, a escola e o professor estarão contribuindo para a formação de uma geração habituada a ler e, conseqüentemente, mais crítica e capaz de contribuir de forma efetiva com a sociedade.

A escola deve proporcionar oportunidade de os alunos interagirem com textos que tenham como finalidade não apenas a resolução de problemas, mas que despertem a imaginação e a criatividade do aluno, provocando interesse e curiosidade de procurar outros livros.

De acordo com os PCNs, o papel da escola é o de mobilizar os alunos internamente para a leitura, ou seja:

Para tornar os alunos bons leitores – para desenvolver, muito mais do que a capacidade de ler, o gosto e o compromisso com a leitura – a escola terá que mobilizá-los internamente, pois aprender a ler (e também ler para aprender) requer esforço. Precisar fazê-los acreditar que a leitura é algo interessante e desafiador, algo que, ‘conquistado’ plenamente, dará autonomia e independência ao ‘conquistador’. Precisar torná-los confiantes, condição para que eles possam se desafiar e ‘aprender fazendo’. Uma prática de leitura que não desperte e cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente (p. 58).

A leitura, antes de servir como meio de transmissão de conteúdos, deve proporcionar prazer, o que pode ser alcançado por meio de um bom trabalho em sala de aula. É preciso, de acordo com Zilberman, uma reflexão coletiva sobre o modo de como o livro deve ser utilizado e das maneiras pelas quais os professores podem utilizá-los para a promoção do interesse pela leitura e aumento da frequência da mesma (1993, p. 7-8).

Um dos caminhos para a criação do hábito de ler seria aquele associado à leitura, porém, devido à imposição de determinados textos e a cobrança de uma interpretação considerada “correta” pelos professores, a leitura de romances e de outros gêneros literários provoca o desgosto do aluno e a falta de interesse do mesmo.

É preciso que o educador valorize a cultura popular na qual o aluno está inserido, partindo dessa cultura e procurando aprofundar seus conhecimentos para participar do processo permanente da “libertação” do educando. A criança deve estar envolvida por um ambiente onde a leitura seja um hábito e não apenas uma norma imposta pela escola.

Pretende-se ressaltar algumas causas possíveis das desmotivações e sugerir alguns métodos aplicáveis à leitura, que poderão ajudar a despertar no aluno o interesse por ela. Os educandos precisam compreender o quanto a leitura é primordial em suas vidas. Partindo da leitura por prazer, pode-se levar o aluno à experiência e ao hábito de ler com criatividade, o que pode ser o caminho mais curto para o prazer que motiva a formação de leitores críticos.

5 O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DE LEITORES

5.1 A formação de indivíduos alfabetizados e letrados

Numa sociedade letrada, o objetivo do ensino deve ser o de aprimorar a competência e melhorar o desempenho lingüístico do estudante, tendo em vista a integração e a mobilidade sociais dos indivíduos, além de colocar o ensino numa perspectiva produtiva.

O ensino da leitura e da escrita deve ser entendido como prática de um sujeito agindo sobre o mundo para transformá-lo e, para, através da sua ação, afirmar a sua liberdade e fugir à alienação.

É através da prática que se desenvolve a capacidade lingüística. Conhecer diferentes tipos de textos não é, pois, decorar regras gramaticais e listas de palavras. No rap *Estudo Errado*, Gabriel, o Pensador, diz com propriedade: “Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi. Decoreba: este é o método de ensino. Eles me tratam como ameba e assim eu num raciocino” (VIEGAS, 2007).

É lamentável que, no Brasil, a escola, lugar fundamental para a pessoa desenvolver sua capacidade de linguagem, continue limitando-se, na maioria das vezes, a um ensino mecânico. Na perspectiva do letramento, a leitura e a escrita são vistas como práticas sociais. Vargas apresenta uma distinção entre ledores e leitores muito importante quando se fala de alfabetização e de letramento. Segundo a autora,

[...] A estrutura educacional brasileira tem formado mais ledores que leitores. Qual é a diferença entre uns e outros se os dois são decodificadores de discursos? A diferença está na qualidade da decodificação, no modo de sentir e de perceber o que está escrito. O leitor, diferentemente do ledor, compreende o texto na sua relação dialética com o contexto, na sua relação de interação com a forma. O leitor adquire através da observação mais detida, da compreensão mais eficaz, uma percepção mais crítica do que é lido, isto é, chega à política do texto. A compreensão social da leitura dá-se na medida dessa percepção. Pois bem, na medida em que ajudo meu leitor, meu aluno, a perceber que a leitura é fonte de conhecimento e de domínio do real, ajudo-o a perceber o prazer que existe na decodificação aprofundada do texto (VARGAS, 2000, apud VIEGAS, 2007).

O objetivo de se ensinar a ler e escrever deve estar centrado em propiciar ao estudante a aquisição da língua portuguesa, de maneira que ele possa exprimir-se corretamente, aconselhado pelo professor por meio de estímulos à leitura de variados textos, nos quais serão

verificadas as diferentes variações lingüísticas, tornando um poliglota em sua língua, para que, ao dominar o maior número de variantes, ele possa ser capaz de interferir socialmente nas diversas situações a que for submetido.

A educação, sendo uma prática social, não pode restringir-se a ser puramente livresca, teórica, sem compromisso com a realidade local e com o mundo em que vivemos. Educar é também, um ato político. É preciso resgatar o verdadeiro sentido da educação. De acordo com Freire (1989, APUD VIEGAS, 2007),

[...] o ato de estudar, enquanto ato curioso do sujeito diante do mundo, é expressão da forma de estar sendo dos seres humanos, como seres sociais, históricos, seres fazedores, transformadores, que não apenas sabem mas sabem que sabem. Assim, quando os alunos são o sujeito da própria aprendizagem, "seres fazedores, transformadores", no dizer de Paulo Freire, tomam consciência de que sabem e podem transformar o já feito, construído. Deixam a passividade e a alienação para se constituírem como seres políticos.

Como afirma Freire (1996: 42), o diálogo é fundamental em qualquer prática social. O diálogo consiste no respeito aos educandos, não somente enquanto indivíduos, mas também enquanto expressões de uma prática social.

[...] A grande tarefa do sujeito que pensa certo não é *transferir, depositar, oferecer, doar* ao outro, tomado como paciente de seu pensar a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos. A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de entender, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo por isso é dialógico e não polêmico.

O aluno não pode ser um simples objeto nas mãos do professor. É o que Freire (*ibidem*) chama de “educação bancária”, isto é, o educando, ao receber passivamente os conhecimentos, torna-se um depósito do educador. “Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”. (Freire, *ibidem*: 52, apud VIEGAS, 2007).

Cabe ao professor mostrar aos alunos uma pluralidade de discurso. Trabalhar com diferentes textos possibilita ao professor fazer uma abordagem mais consciente das variadas formas de uso da língua. Assim, o professor pode transformar a sua sala de aula num espaço de descobertas e construção de conhecimentos.

A tarefa de selecionar materiais de leitura para os alunos é uma das tarefas mais difíceis. Nessa escolha, são postas em jogo as diferentes concepções que tem cada professor

sobre a aprendizagem, os processos de leitura, a compreensão, as funções dos textos e o universo do discurso. Além disso, coloca-se em jogo a representação que tem cada docente não só do desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo dos sujeitos a quem vão dirigidos os materiais, mas também dos interesses de leitura de tais destinatários. Assim, também intervém como variável significativa o valor que o docente atribui aos materiais enquanto recursos didáticos.

Trabalhar com gêneros textuais variados nos permite entender que a escolha de um gênero leva em conta os objetivos visados, o lugar social e os papéis dos participantes. Daí decorre a detecção do que é adequado ou inadequado em cada uma das práticas sociais.

Diante disso, na medida em que o educador tomar consciência de sua posição política, articulando conteúdos significativos a uma prática também significativa, desvinculando-se da função tradicional de mero transmissor de conteúdos e, conseqüentemente, de mero repetidor de exercícios do livro didático estará transformando o ensino da leitura e da escrita. Um educador como mediador, partindo da observação da realidade para, em seguida, propor respostas diante dela estará contribuindo para a formação de pessoas críticas e participativas na sociedade.

Assim, uma prática significativa depende do interesse do professor em planejar as suas aulas com coerência, visando a construção de conhecimentos com os alunos.

É importante destacar que letrar não é apenas função de professor de Língua Portuguesa. Em todas as áreas de conhecimento, em todas as disciplinas, os alunos aprendem através de práticas de leitura e de escrita: em História, em Geografia, em Ciências, mesmo em Matemática, enfim, em todas as disciplinas, os alunos aprendem lendo, interpretando e escrevendo.

Letrar é função de todos os professores, mesmo porque, em cada área de conhecimento, a escrita e a leitura têm peculiaridades, que só os professores que nela atuam é que conhecem e dominam.

O educador reeducando-se e transformando-se, deixará de vez "suas tarefas e as funções da educação sob a ótica das elites econômicas, culturais e políticas das classes

dominantes", em direção a uma prática libertadora. Assim, o ensino deixará de ser um martírio, para se tornar num processo de construção permanente de conhecimentos. O educador deve estimular no aluno o pensamento crítico, de modo que ele possa atuar na sociedade como um indivíduo pensante, questionador.

Vale concluir que atualmente o conhecimento é uma das "ferramentas" para se conquistar oportunidades de trabalho e renda, equivalendo dizer que cabe aos professores a responsabilidade de fazer com que seus alunos se interessem pela leitura e pela escrita.

5.2 O uso da poesia na formação de leitores

A poesia, até algum tempo atrás, era tida como gênero literário apreciado apenas por intelectuais e/ou adolescentes e merecia muito pouca atenção de livreiros, editores e leitores, se comparada a outros gêneros, como o romance, por exemplo. Levar para a sala de aula todos os livros de poesia de que se pode dispor, voltados para crianças e jovens, aguça os sentidos: tocá-los, folheá-los, ter quantos livros se quer até encontrar aquela poesia que mais de perto lhes fale; ler em silêncio e oralmente essas poesias; comentá-las relacionando-as com passagens da história de vida de cada um; inferir sentidos possíveis; desenhar cenários poéticos para essas poesias; copiá-las para lê-las quando quiser, apossar-se delas; rearrumá-las numa folha branca, a partir do que as palavras mesmas sugerem, como fazem os poetas concretos (PRIETO, 2006).

Segundo Prieto (2006), no trabalho com o gênero poético, estas possibilidades podem ser levadas a efeito quando se tem como propósito um processo de ensino-aprendizagem na perspectiva de formação de leitores. Em geral, a poesia se dá a conhecer na escola, permitindo a crianças e professores sintonizarem-se com a linguagem literária. Para além disso, desafia-se à criança para o exercício de alguns procedimentos de um leitor que se vem formando gradativamente, aquele que levanta hipóteses, interroga o texto e se interroga, mobilizando estratégias para melhor compreender, sentir e dizer o texto poético. Há também as práticas orais que resgatam as parlendas, os trava-línguas, os quadrinhos e as cantigas de roda. Ainda para a autora:

Além de despertar a consciência acerca de um assunto tão pouco explorado, há necessidade de sensibilização para questões referentes à leitura. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e necessários ao exercício da cidadania. É nessa perspectiva que o presente trabalho procura proporcionar àqueles que estão constantemente em contato com as várias formas de linguagem, uma postura crítico-reflexiva no que diz respeito à inserção do gênero literário **a poesia** na formação dos indivíduos inseridos neste contexto-ambiente escolar e extra-escolar (PRIETO, 2006).

Segundo a autora, considerando-se que a sociedade brasileira demanda uma educação de qualidade, que garanta aprendizagens essenciais para formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais e econômicas. Grandes talentos literários não nos faltam. O que falta são mediações: um tratamento adequado nas escolas, projetos de política cultural; enfim tudo que contribui para formação de leitores (PRIETO, 2006).

Para tanto, a importância da educação de se integrar à população brasileira à sociedade culta, como pré-condição para o desenvolvimento social.

- Promover o conhecimento da literatura, em geral, e da poesia em particular, faria rapidamente, subir o nível educacional;
- a qualidade do investimento público nesse campo, do livro e da literatura, pode vir a definir o futuro deste país.

A poesia e sua importância na formação de leitores é, também uma grande questão política pedagógica, da qual a sociedade educacional deve ser sensibilizada para trazer a expressão poética para o cotidiano da população.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo a realização de uma revisão bibliográfica acerca do tema escrita e leitura e, nesse propósito, visava avaliar como processa uma coisa e outra, bem como qual tem sido o papel do professor, como profissional, no ensino desses dois fatores fundamentais a que a pessoa verdadeiramente conheça o mundo ao seu redor. Nesse sentido, vale dizer que o ensino no Brasil passa por um período de transição, uma vez que a grande evasão escolar em todos os níveis, a má qualidade do ensino, educação, a falta de vagas.

Considera-se que a leitura voltada para a formação social de um leitor crítico é extremamente importante - ela é imprescindível –, mas, para chegar a ela, é preciso, antes criar no aluno o desejo e o hábito de ler. Entende-se que neste trabalho ressaltou-se aspectos importantes inerentes à escritura, bem assim inerentes quanto à leitura, tendo sido apontados para alguns caminhos que poderão ajudar a despertar neles o interesse por essa importante atividade, os educandos precisam entender o quanto a leitura é primordial em sua vidas tanto na escola quanto na comunidade em que eles vivem.

Cabe ao governo uma política pública de valorização do Ensino brasileiro em todos os níveis, a missão de melhorar a Educação Básica, Fundamental, Médio e Superior em todo o Brasil, capacitando e valorizando o professor, suas condições de trabalho, a estrutura do ensino escolar, combatendo as tradições e os problemas relativos a implementação do novo. Trabalhando com projetos, com ações dos profissionais formadores de novas gerações de brasileiros que herdarão e cuidarão da nossa Nação.

Partindo da leitura prazerosa, sem cobranças desnecessárias, pode-se levar as crianças e os jovens à consciência da aquisição de conhecimentos que vem da experiência e do hábito de ler. Esse pode ser o caminho mais curto entre o prazer que motiva e a formação de leitores críticos pela escola.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Flávio. **Literatura comentada: panorama da literatura**. São Paulo, Nova Cultural : 1988.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: O dilema da educação**. São Paulo, Loyola : 1999.

CHOMSKY. **Linguagem e mente**. Brasília: Ed. UNB, 1998.

COLOMER, Teresa. CAMPS, Ana. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ECCO, Idanir. **A prática educativa escolar problematizadora e contextualizada**: Erechim/RS, EDIFAPES: 2004.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 39. ed., São Paulo, Cortez : 2000.

GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula**. 3. ed., São Paulo.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

KOCK, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo, Contexto : 2003.

LIMA, Jacqueline de Castro Murad. Dificuldade de aprendizagem no processo de aquisição da leitura e escrita. Disponível em http://www.cestupi.cesd.br/tcc/jacqueline_c_m_lima.pdf , acesso em 10 ago. 2009.

MAGRO, M. C. **Estudar também se aprende**. São Paulo: EPU, 1979.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Maria Helena, **O que é leitura**. São Paulo, Brasiliense : 1994.

POSSENTI, Sírio, **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Mercado das Letras, Campinas-SP : 2002.

RUIZ, Rafael. **Francisco de Vitória e os direitos dos índios americanos**: a evolução da legislação indígena castelhana no século XVI. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2002.